



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

Relatório de Votação na Especialidade

Proposta de Lei n.º 61/XV/1.ª (GOV)

Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

1. A Proposta de Lei n.º 61/XV/1.ª (GOV) deu entrada na Assembleia da República em 8 de fevereiro, tendo baixado à Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local no dia seguinte. Foi discutida na sessão plenária de 24 de março e aprovada na generalidade nesse dia, com votos a favor do PS, do PSD, do PCP e do BE e abstenções do CH, da IL, do PAN e do L, tendo baixado para a especialidade na mesma data.
2. Na reunião do passado dia 10 de maio, a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local procedeu à votação indiciária, na especialidade, da proposta de lei, uma vez que a mesma carece de ser obrigatoriamente votada na especialidade, em Plenário, nos termos da alínea q) do artigo 165.º e do n.º 4 do artigo 168.º da CRP.
3. O resultado da votação foi o seguinte:
 - Todos os artigos (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º) da PPL foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência da IL.
 - A proposta de alteração apresentada pelo GP do PCP – *de Alterações à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro* - foi rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do PCP e do BE e abstenções do PSD e do CH.
 - As duas propostas de alteração apresentadas pelo GP do PS, uma, de aditamento de um novo artigo 5.º - *Regime excecional de endividamento municipal* – foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência da IL; a outra, de aditamento de um novo artigo 6.º - *Regime excecional de acesso ao mecanismo de recuperação financeira* - foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD e do CH e votos contra do PCP e do BE, tendo sido reenumerados os dois artigos subsequentes.

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

4. Remete-se, para assunção das votações indiciárias e votação final global, em Plenário, o respetivo texto final.

Palácio de São Bento, 11 de maio de 2023.

A Presidente da Comissão,

(Isaura Morais)